

HOSPITAL ESTADUAL MATERNO INFANTIL DR. JURANDIR DO NASCIMENTO Exercícios findos em 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais

Ativo			
	Nota	2020	2019
Circulante Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber Estoques	3 4 5	7.378 18.514 3.587	7.720 29.376 1.583
Impostos a recuperar Outras contas a receber Total do ativo circulante		378 29.858	305 38.985
Não circulante Partes relacionadas Imobilizado Intangível Total do ativo não circulante	6 7	2.150 6.716 600 9.466	2.674 6.680 - 9.354
Total do ativo		39.324	48.339
Passivo			
Circulante Fornecedores Obrigações sociais e trabalhistas Obrigações fiscais Outras obrigações Partes Relacionadas Total do passivo circulante	8 9 10 11 6	1.946 4.411 580 1.221	2.295 5.535 499 21.147 7 29.483
Não circulante Outras obrigações Provisão para encargos trabalhistas INSS-Ce Provisão para rescisões trabalhistas Provisão para contingências Total do passivo não circulante	12 13 14	7.283 20.246 3.637 31.166	6.680 11.834 - 342 18.856
Total do passivo		39.324	48.339

	Demons	tracões	do	resultado)
--	--------	---------	----	-----------	---

	Nota	2020	2019
Receita de serviços		130.159	134.366
Custos dos serviços prestados	15	(130.619)	(118.765)
Resultado bruto		(460)	15.601
Receitas / (despesas) operacionais Gerais e administrativas Outras receitas Receitas financeiras Despesas financeiras	16	(16.425) 452 153 (130)	(14.078) 4.070 116 (556)
Déficit / Superávit do exercício		(16.410)	5.153

Demonstrações	dos	fluxos	de	caixa	

	2020	2019
Das atividades operacionais Déficit / Superávit do exercício	(16.410)	5.153
Ajustes para reconciliar o (déficit) ao caixa gerado pelas atividades operacionais Provisão para encargos trabalhistas INSS – Cebas Reversão da provisão para encargos trabalhistas INSS - Cebas Baixa de saldos diversos	8.412	7.334
Ajustes de exercícios anteriores – Outras obrigações Provisão para rescisões trabalhistas Provisão para contingências	3.637 (342) (4.703)	90 12.137
Aumento / (diminuição) líquido nos ativos e passivos Contas a receber Estoques Outras contas a receber Partes relacionadas Fornecedores Obrigações sociais e trabalhistas Obrigações fiscais Outras obrigações Caixa gerado / (aplicado) nas atividades operacionais	10.862 (2.004) (73) 517 (349) (1.124) 81 (3.516) (309)	3.139 (629) 40 (754) (12.808) 404 (19) 513 2.023
Aumento / (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(309)	2.023
Das atividades de investimento Adições ao ativo imobilizado e intangível Caixa gerado / (aplicado) nas atividades de investimento	(33)	
Aumento / (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa	(342)	2.023
No início do exercício No final do exercício Aumento / (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	7.720 7.378 (342)	5.697 7.720 2.023

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Instituto de Gestão e Humanização – IGH é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, fundada em 09 de abril de 2010, com Sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas a saúde no intuito de poder contribuir com a melhoria da assistência médica e das políticas de saúde em nossa comunidade. É uma instituição de Utilidade Pública, qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) do Estado de Goiás, 100% SUS.

Através de decisão dos membros da Assembleia Geral e do Conselho de Administração do IGH, em 03 de setembro de 2012 foi criada uma filial na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, a qual se encontra sediada na Av. Perimetral, nº 1722, quadra 37, lote 74, sala 101, Setor Coimbra, com registro no CNPJ sob o nº 11.858.570/0002-14. Esta filial tem como finalidade precípua a gestão do hospital público vinculado à Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Goiás (SES/GO), denominado Hospital Estadual Materno Infantil Dr. Jurandir do Nascimento - HMI, conforme Contrato de Gestão nº 131/2012-SES-GO, assinado em 29 de junho de 2012, com objetivo de consolidar a identidade e a imagem do HMI como centro de prestação de serviços públicos da rede assistencial do SUS em sua região, comprometido com sua missão de assistência, sendo executado de forma a garantir a eficiência, eficácia e efetividade e garantindo o atendimento exclusivo aos usuários do SUS no estabelecimento de saúde cujo uso nos fora permitido.

Este contrato de gestão possui prazo original de doze meses e valor global estimado em R\$ 51.168, o qual vem sendo renovado anualmente.

O décimo primeiro termo aditivo prorrogou o prazo de vigência do contrato por mais doze meses, com início em 26 de junho de 2020, com o valor global estimado em R\$ 130.580.

Conforme consta do contrato de gestão, a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do mesmo e, por esta razão, a Administração decidiu não reconhecer como ganho/perda patrimonial os superávits/déficits provisórios apurados até o momento.

O Instituto é uma Entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o superávit.

Em 11 de abril de 2018, o IGH teve deferido seu pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pelo período de três anos a contar da data de publicação no diário oficial. Com a obtenção da renovação o Instituto e, consequentemente, os contratos sob a sua gestão continuam sendo beneficiados pela suspensão da obrigatoriedade de arrecadação da cota patronal (previdenciária) do INSS incidente sob a folha de pagamento.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019, abrangem apenas as operações do Hospital Estadual Materno Infantil Dr. Jurandir do Nascimento – HMI sob a gestão do Instituto de Gestão e Humanização (IGH).

Estas demonstrações contábeis apresentam o resumo dos registros decorrentes dos fluxos financeiros associados a um contato de gestão de uma entidade que não possui patrimônio próprio, realizando as suas atividades operacionais em nome da SES-GO que é a proprietária do patrimônio físico (edificações, equipamentos, etc.) através do qual são realizadas as atividades hospitalares.

Por esta razão, não está sendo apresentada a demonstração das mutações do patrimônio líquido. Considerando-se que a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do contrato, o superávit (déficit) acumulado até a data do balanço é reconhecido numa conta de passivo (se superávit a ser devolvido ao contratante) ou de ativo (se déficit a ser ressarcido pelo contratante), até que ocorra a sua realização financeira.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir, observando os preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Entidade em 23 de abril de 2021.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

Os principais valores estimados decorrem da provisão para contingências. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

2.5. Contas a receber

Representa o saldo de repasses mensais a receber e déficits acumulados dos exercícios anteriores, os quais a Administração da Entidade classifica como créditos a receber da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, decorrentes do deseguilíbrio do contrato ao longo dos anos.

Conforme definido no contrato com a SES/GO essa operação não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora. Dessa forma, os superávits/déficits acumulados não foram reconhecidos como ganho/perda patrimonial na expectativa de que serão compensados/reembolsados.

2.6. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, se necessária.

2.7. Imobilizado

São avaliados pelo custo de aquisição. Representa os bens adquirido pela Entidade ou cedidos pelo Poder Concedente para serem utilizados no Contrato de Gestão. Ao final do contrato esses bens serão revertidos para o Poder Concedente. Dessa forma, a contrapartida dos registros é a conta de outras obrigações no passivo não circulante.

2.8. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por mercadorias ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades executadas, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As notas fiscais são registradas mediante aprovação do contratante vinculadas com a apresentação de regularidade fiscal do contratado e validação dos serviços efetivamente prestados.

2.9. Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.10. Provisão para encargos trabalhistas INSS - CEBAS

O valor correspondente ao benefício de isenção previdenciária sobre a folha de pagamentos da Entidade (isenção da cota patronal) é valorizado e reconhecido em conta de provisão específica no passivo não circulante, de maneira sistemática, ao longo do período, à medida que as despesas com pessoal são incorridas e registradas contabilmente.

Os custos e despesas correspondentes à contribuição previdenciária patronal são apurados e registrados na apuração do resultado do exercício como se devidos fossem.

A Administração da Entidade optou por provisionar os valores referentes aos encargos previdenciários até que o período de três anos de vigência do certificado CEBAS esteja decorrido e que o pedido de renovação do certificado seja analisado e aprovado pelo Ministério da Saúde.

Ainda que não liquidada financeiramente a provisão dos valores correspondentes à isenção previdenciária, não é acrescida da incidência de encargos de mora, na expectativa de que estas provisões não serão liquidadas, isto porque o IGH, na qualidade de entidade filantrópica de assistência à saúde, goza do benefício da sua isenção.

2.11. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.12. Reconhecimento de receitas e custos - apuração do resultado

O resultado de cada exercício é apurado pelo regime de competência.

Considerando-se que o contrato de gestão estabelece que a operação do HMI não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora, o superávit ou o (déficit) apurado é reconhecido numa conta de passivo ou de ativo, respectivamente, até que ocorra a sua realização financeira.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	61	3
Aplicações financeiras	7.317	7.717
	7.378	7.720

As aplicações financeiras referem-se em sua maioria a aplicações em CDB/RDB, demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os recursos recebidos em razão do contrato são alocados em conta corrente criada especificamente para geri-los e aplicá-los. O IGH é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por força do contrato de gestão, inclusive o recurso em caixa.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

4. Contas a receber

2020	2019
874	22.622
-	3.510
17.640	-
-	3.244
18.514	29.376
	874 - 17.640

- (i) Refere-se ao valor dos repasses mensais dos contratos de gestão ainda não recebidos do órgão público contratante;
- (ii) Representa os déficits apurados nas operações dos contratos de gestão quando já negociados e reconhecidos em acordos específicos com o órgão público contratante. Através deste crédito é reconhecido o direito de a Entidade receber por serviços executados em volume e/ou valor maior do que o efetivamente contratado;
- (iii) Esta conta está composta pelos déficits e superávits de todo contrato ainda não negociados e, portanto, não há outras movimentações (baixa por perda ou recebidos até a presente data);
- (iv) Refere-se aos valores de rescisões trabalhistas que foram pagas pela Entidade e que eram de responsabilidade do Estado de Goiás. No decorrer do exercício foi recebido o montante de R\$ 1.666. O saldo residual de R\$ 1.998 foi baixado para perda em virtude de negociação entre as partes através do ofício nº 350.2020.

A movimentação dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está assim demonstrada:

	Repasse de custeio	Repasse de ressarcimento	Direito de execução de contrato	Reembolso de despesas de contratos	Total
Saldo inicial	22.622	3.510	-	3.244	29.376
Faturamento	130.159	-	-	-	130.159
Glosa e custos ou despesas c/folha SES	(39.206)	-	-	-	(39.206)
Recebimento de recursos	(93.629)	(6.824)	-	(1.666)	(102.119)
Readequação de saldos (b)	353	8.132	-	-	8.485
Perda conforme Ofício 350/2020 (a)	(19.425)	(3.724)	15.222	(1.998)	(9.925)
Reembolso de rescisões	-	-	-	420	420
Provisão rescisões trabalhistas	-	-	2.872	-	2.872
Ajustes diversos	-	(1.094)	(454)	-	(1.548)
Saldo Final	874		17.640		18.514

(a) Em julho de 2020, O IGH acordou com a Secretária de Saúde de Goiás, através do 11° termo aditivo, que desconsidera a responsabilidade da SES-GO referente as rescisões trabalhistas e ações judiciais durante a vigência do contrato.

Em setembro de 2020, o SES-GO firmou com o IGH através do ofício 350/2020, a liquidação integral das pendências de repasses existentes até o exercício de 2018 e o montante negociado para quitação total do saldo a receber de exercícios anteriores foi de R\$ 6.975.

(b) Ajuste efetuado para readequação do saldo, tendo como contrapartida a conta de passivo "Repasses recebidos a executar", vide nota nº 11.

5. Estoques

	2020	2019
Material médico hospitalar	123	574
Medicamentos	2.837	440
Materiais diversos e outros	433	501
Materiais de limpeza	92	28
Dietas enterais e parenterais	102	40
	3.587	1.583
6. Partes relacionadas		

Ativo	2020	2019
Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - MNSL	2.150	2.674
	2.150	2.674
Passivo	2020	2019
Hospital de Urgência de Aparecida de Goiânia - HUAPA		
Instituto de Gestão e Humanização – Matriz	-	7
	-	7

Referem-se a empréstimos entre unidades administradas pelo IGH. Tais recursos, visaram liquidar compromissos vitais a operação da unidade e estão relacionados a pagamentos de salários e encargos sociais, além de fornecimento de materiais e serviços. Estes empréstimos não estão sujeitos a atualização monetária e incidência de juros.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

7. Imobilizado

	2020	2019
Imobilizado cedido		
Máquinas e equipamentos	2.733	2.726
Equipamentos de informática	27	27
Móveis e utensílios	634	634
Veículos	3	-
Imobilizado adquirido		
Máquinas e equipamentos	2.648	2.648
Equipamentos de informática	256	256
Móveis e utensílios	415	389
	6.716	6.680

8. Fornecedores

Referem-se aos saldos a pagar decorrentes de aquisições de materiais (medicamentos, gases medicinais e insumos hospitalares diversos) e serviços necessários à atividade operacional do HMI, para atendimento ao Contrato de Gestão, e não estão sujeitos a encargos.

9. Obrigações sociais e trabalhistas

	2020	2019
Provisões para férias	3.676	3.076
Salários e ordenados	6	1.758
INSS a recolher	131	173
Encargos sobre férias	294	246
FGTS a recolher	296	182
FGTS 13° salário	2	81
Contribuição sindical	6	6
Outras	-	2
Rescisão a pagar	-	11
	4.411	5.535

10. Obrigações fiscais

	2020	2019
IR a recolher s/folha de pagamento	294	264
INSS a recolher – PJ	62	39
ISS a recolher	87	71
PIS/COFINS/CSLL a recolher	102	95
IRPF a recolher	35	30
	580	499

11. Outras obrigações

	2020	2019
Passivo circulante		
Repasses recebidos a executar (a)	-	20.628
Repasse verba p/investimento	398	331
Valores a pagar – Fortesul	183	183
Outros	640	5
	1.221	21.147

(a) Conta transitória dos recebimentos dos repasses. Os déficits e superávits acumulados apurados nas operações dos contratos de gestão ainda não recebidos são lançados nas contas a receber, conforme movimentação na Nota nº 4. Quando o saldo apresentado é credor, o montante é transferido para o passivo, nesta conta.

A movimentação dos saldos da conta repasses recebidos a executar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está assim demonstrada:

	2020	2019
Saldos iniciais	20.628	15.915
(Déficit)/Superávit do exercício	(16.410)	5.153
Perda realizada de acordo com ofício 350/2020	(9.925)	-
Valor transferido do ativo (direito de execução de contrato)	<u>-</u>	-
Glosas	(2.305)	-
Readequação de saldo	8.485	-
Ajustes de exercícios anteriores	(473)	(440)
Saldo Final		20.628



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

12. Provisão para encargos trabalhistas INSS - Cebas

Como entidade privada sem fins lucrativos, o Instituto de Gestão e Humanização (IGH), em atendimento à Lei nº 12.101/09 e à Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970, de 16 de agosto de 2011, atende aos requisitos legais para obtenção e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS Saúde.

Dentre as opções de requisitos para a manutenção do CEBAS Saúde, o IGH optou por atender ao percentual mínimo de 60% de prestação de serviços ao SUS, medido principalmente através da unidade paciente-dia. Assim, considerando que o IGH oferta ao SUS 100% (cem por cento) dos serviços de saúde da sua unidade própria (Hospital de Capim Grosso), o IGH obteve o seu Certificado – CEBAS Saúde.

Embora entenda que os benefícios da imunidade tributária e de isenção de contribuições sociais também se aplicam aos contratos sob a sua gestão, a Administração do IGH optou por registrar as provisões dos encargos previdenciários (cota patronal do INSS), sem recolhê-los, até que o período de três anos de vigência do certificado CEBAS esteja decorrido e que o pedido de renovação do certificado seja analisado e aprovado pelo Ministério da Saúde.

Desta forma, as provisões dos encargos previdenciários incorridos no exercício estão sendo reconhecidos mensalmente no resultado operacional da Entidade, como se devidos fossem.

Em abril de 2018, a Entidade renovou o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Como consequência, a Administração reverteu todo o saldo provisionado até abril de 2018.

A Entidade optou por manter provisionado saldo do INSS (CEBAS) para o período de maio de 2018 a dezembro de 2020, mesmo possuindo certificado vigente à época.

A movimentação do saldo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2020, foram a seguinte:

	2020	2019
Saldo inicial	11.833	4.500
Provisão INSS – CEBAS	8.413	7.333
Saldo final	20.246	11.833

13. Provisão para rescisões trabalhistas

Referem-se aos valores das provisões das verbas rescisórias dos funcionários alocados ao contrato de gestão, em decorrência deste contrato possuir prazo determinado para encerramento.

14. Provisão para contingências

A Entidade não figura como ré em demandas judiciais de natureza cível e trabalhista. A Entidade possui ainda processos de natureza trabalhista e cível classificados pelos assessores jurídicos com expectativa de perda "Possível" no montante de R\$ 235 (2019 – R\$ 115.766).

15. Custo dos serviços prestados

	2020	2019
Medicamentos e materiais (a)	(11.505)	(8.599)
Pessoal (b)	(81.873)	(74.871)
Serviços prestados (c)	(37.241)	(35.295)
	(130.619)	(118.765)

(a) O saldo de custo com medicamentos e materiais tem a seguinte composição:

	2020	2019
Medicamentos	(3.380)	(2.858)
Materiais hospitalares	(4.791)	(3.106)
Gases hospitalares	(184)	(234)
Materiais de laboratório	(224)	(339)
Materiais de odontologia	(3)	(17)
Órteses e próteses	(52)	(45)
Dietas enterais	(292)	(181)
Dietas parenterais	(435)	(606)
Materiais de uso e consumo	(2.144)	(1.213)
	(11.505)	(8.599)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

(b) O saldo de custo com pessoal tem a seguinte composição:

	2020	2019
Salários e ordenados	(22.794)	(19.767)
INSS - CEBAS (ii)	(8.412)	(7.334)
13º salário	(2.437)	(2.123)
Férias	(3.474)	(2.948)
Rescisões	(1.055)	(411)
Prêmios e gratificações	(765)	(603)
Horas extras	(410)	(180)
Glosa/custos ou despesas c/folha (i)	(36.303)	(35.683)
Adicionais	(3.542)	(3.048)
Vale transporte	(539)	(453)
FGTS	(2.563)	(2.195)
(-) Recuperação de despesas	762	557
Outros	(341)	(683)
	(81.873)	(74.871)

- (i) Para operacionalização do contrato de gestão foram cedidos funcionários estatutários da SES-GO para compor o quadro de pessoal do HMI, e foram mantidos contratos firmados com PJ, cujos pagamentos continuaram sendo realizados pelo Estado. Por esse motivo, esses valores são deduzidos do repasse das subvenções mensais. Portanto, em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade do IGH/HMI, pois, em essência, os mesmos trabalham e prestam serviços no HMI e são remunerados/pagos com recursos provenientes do Contrato de Gestão;
- (ii) Refere-se a cota patronal do INSS (vide Nota Explicativa nº 12).
- (c) Saldo de custo com serviços prestados tem a seguinte composição:

	2020	2019
Honorários médicos	(19.687)	(18.565)
Serviço de limpeza e higienização	(563)	(3.555)
Serviço de lavanderia	(674)	(561)
Serviço de segurança patrimonial	(2.445)	(2.311)
Serviço de laboratório e radioterapia	(1.961)	(1.207)
Serviço de nutrição	(10.336)	(7.352)
Serviço de engenharia clínica	(976)	(1.083)
Glosas fornecedores SES	(599)	(661)
	(37.241)	(35.295)

16. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Serviços de manutenção	(2.219)	(2.230)
Serviços de processamento de dados	(710)	(512)
Serviços gerais	(5.561)	(4.686)
Aluguéis imóveis	(2.826)	(2.257)
Aluguéis gerais	(4.771)	(4.264)
Impostos e taxas	(163)	(56)
Outros	(175)	(73)
	(16.425)	(14.078)

17. Seguros (não auditado)

O contrato de gestão não estabelece a obrigação do gestor (IGH) contratar cobertura de seguro para os principais ativos físicos do HMI, compatíveis com os riscos associados com o porte e natureza dos ativos e das operações.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

18. Informações complementares

Fluxo de caixa - método direto (Em milhares de Reais) 2020 Saldo Inicial 7.717 Recebimentos Contrato de Gestão 102.989 Receita Financeira 75 Reembolso 38 Outras Receitas 557 Total de Recebimentos 103.659 **Pagamentos** Pessoal 37.520 Material de Consumo 13.392 46.443 Serviços de Terceiros Despesas Bancárias 36 Outras Despesas Operacionais 229 Tributos/Taxas/Contribuições 527 Despesas com Locações (Imóveis/Equipamentos/Veículos) 5.167 Investimentos (Obras/Imobilizado) 25 Água/Energia/Telefone/Internet 660 Total de pagamentos 103.999 Saldo Final 7.377 Saldo Financeiro Disponível para o Exercício Seguinte Saldo em C/C e Aplicação Financeira 7.374 Fundo fixo de Caixa Saldo Final 7.377

Demonstração das mutações dos superávits / (déficits) acumulados

Descrição	Superávits / (déficits) acumulados	Superávits / (déficits) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11.642	4.273	15.915
Apropriação do superávit / (déficit) do exercício anterior	4.273	(4.273)	-
Ajustes de exercícios anteriores	(440)	-	(440)
Superávit do exercício	-	5.153	6.153
Saldos em 31 de dezembro de 2019	15.475	5.153	20.628
Apropriação do superávit / (déficit) do exercício anterior	5.153	(5.153)	-
(Déficit) do exercício	-	(16.410)	(16.410)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.628	(16.410)	(4.218)

Lucas Silva Carvalho Contador CRC BA 033770/O José Geraldo Gonçalves de Brito Presidente